

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa
22 OUT 2013
Protocolo: 051/13
Processo: 051/13



Veto Total nº 120/13 Em

AO EXPEDIENTE

22 OUT 2013/

Presidente

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.

22 OUT 2013

1º Secretário

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências, que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa Augusta Assembleia Legislativa, que “Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 714, de 17 de maio de 2013, que ‘Institui a Política Estadual de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo – POLECOOP e revoga a Lei nº 1.462, de 2005’” (sic), encaminhado a este Executivo com a Mensagem n. 320/2013-ALE, de 25 de setembro de 2013.

Trata-se de veto total ao Autógrafo de Lei supra especificado, de iniciativa da Assembleia Legislativa, que obstina a revogação de dispositivos da Lei Complementar n. 714/2013, a qual, por sua vez, teve como nascedouro a propositura inicial do Poder Executivo, pelo que trouxe regras híidas sobre a Política Estadual de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo – POLECOOP.

A aludida revogação cinge-se aos artigos 6º, 8º e 10, todos da Lei Complementar n. 714/13, sob a perspectiva de que seus termos contrariam a Constituição Federal, naquilo que atine à criação de associações e cooperativas, que, em princípio, independeria de autorização e a interferência estatal seria vedada (artigo 5º, inciso XVIII, da CF).

Há que se examinar, minuciosamente, contudo, antecedendo o mérito do mencionado Autógrafo, pontos cruciais relacionados aos mandamentos constitucionais no que tange, especificamente, à iniciativa da matéria, sob pena de mesmo na hipótese de aquiescência e sanção, não haver possibilidade de sanar vício radical de inconstitucionalidade.

Nesse sentido, tendo em vista que a Lei Complementar original fora encaminhada pelo Poder Executivo, é de extrema valia a análise dos aspectos legais referentes à iniciativa do Autógrafo de Lei em tela.

Destaca-se, portanto, que a Lei Complementar n. 714/13 destina-se à regulamentação da participação do Poder Executivo na Política Estadual de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo, com a definição de suas competências e áreas de atuação, é o que se denota da simples leitura do artigo 2º, da aludida Lei, *in verbis*:

Art. 2º. As atribuições do Governo do Estado de Rondônia serão exercidas na forma desta Lei Complementar e das normas que surgirem em sua decorrência.

Parágrafo único. As atribuições do Governo do Estado de Rondônia se exercerão, principalmente, mediante apoio à sensibilização, constituição, revitalização, capacitação, educação, democratização, gestão, pesquisa, assessoramento técnico, produção, serviço, comercialização, incentivos financeiros e creditórios especiais necessários ao desenvolvimento e integração das associações, cooperativas e outras organizações sociais.

Logo, infere-se a inconstitucionalidade do referido projeto, sendo resultado de transgressão ao princípio essencial do processo de formação das leis, ofendendo o postulado da separação de poderes (artigo 2º, da CF/88).

Assura



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Observa-se no presente caso, portanto, a invasão de competência da iniciativa legislativa do Executivo Estadual, que, conforme interpretação analógica dos termos do artigo 61, §1º, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal de 1988, outorga privativamente ao Governador do Estado iniciar leis que disponham sobre serviços públicos e pessoal da Administração, *in verbis*:

Art. 61

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II – disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

Tal regra deve ser seguida em conformidade com a adoção pelo ordenamento jurídico brasileiro do princípio da simetria jurídica, no qual as regras insculpidas na Constituição Federal serão aplicadas segundo o escalonamento de hierarquia e interesses dos Entes da Federação.

Não havendo dúvidas que a temática é afeta à organização administrativa, conclui-se, portanto, que o Autógrafo atacado fere, flagrantemente, o princípio da Separação dos Poderes estampado no artigo 2º, da Constituição Federal, na medida em que compete privativamente ao Poder Executivo iniciar o processo legislativo das matérias pertinentes à organização administrativa.

Não bastasse, a invasão de competência da iniciativa legislativa do Executivo também se constata no texto da Constituição Estadual, que nos ditames do comando do artigo 39, § 1º, inciso II, alínea “d”, torna indubitável que as leis que tratam de matérias relativas à criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo são de iniciativa privativa do Governador do Estado.

Nesse contexto, é indisputável que a matéria a qual a Assembleia Legislativo pretende regular reclama iniciativa diversa, não somente pelo que explicita o texto das Constituições Federal e Estadual, mas, principalmente, pela lógica do interesse público que circunda a disciplina dos serviços públicos.

Assim, não dispondo a Assembleia Legislativa de autorização legal para regulamentar a matéria, mostra-se inconstitucional a norma resultante dessa indevida atuação legislativa. No mais, a edição de norma, seja constitucional ou legal, que vai de encontro ao sistema de separação dos Poderes adotado pela Constituição Federal, tem consequências jurídicas insanáveis.

Pelo exposto, infere-se que o Autógrafo de Lei não atende aos critérios mínimos de suporte ao interesse público, uma vez que trata o assunto de modo temerário e sem critérios concretos para a avaliação dos destinatários da norma, persistindo, ainda, no vício de iniciativa.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto total do indigitado Autógrafo de Lei, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador